



## **MEMÓRIA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA – 2023**

Aos quatro dias do mês de agosto de 2023, das 11 às 12h30min, realizou-se por videoconferência a 57ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública. Estavam presentes os representantes das seguintes Instituições: Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Controladoria-Geral da União – CGU; Ministério Público de Contas do Paraná – MPC-PR; Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR; Polícia Civil do Estado do Paraná – PC/PR; Receita Federal do Brasil – RFB; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família – SEDEF; Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; Tribunal de Contas da União – TCU; Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. A sessão foi presidida pela assessora de Gabinete da CGE/PR, **Marilis Bortot Pirotelli Molinari**, e secretariada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

**Marilis (CGE/PR)** abriu a reunião, cumprimentando e agradecendo a presença das autoridades presentes. Indagou se havia algum membro participando do encontro pela primeira vez e que gostaria de se apresentar, ao que Mary Natsue Ogawa se identificou, informando que está substituindo Jillian Roberto Servat, Coordenador Executivo da Escola Judiciária Eleitoral do TRE/PR. Em seguida, Fernando Aquino Scaliente se apresentou, informando que está representando o Ministério Público de Contas do Paraná.

**Marilis (CGE/PR)**, dando as boas-vindas aos novos representantes, passou a palavra para **Hillene (TRE/PR)**, que cumprimentando a todos, informou que será disponibilizado pelo chat, um link (para preenchimento do nome completo e da Instituição em que atua), para o registro de presença.

**Marilis (CGE/PR)** agradeceu e deu início à pauta – *Aprovação da Ata da 56ª Reunião Ordinária*, encaminhada com o ofício de convocação. Houve anuência dos seus termos, pelos membros do Colegiado, restando aprovada a ata, por unanimidade.



Dando seguimento, **Marilis (CGE/PR)** informou o próximo assunto da pauta – *Apresentação do documento final do Planejamento Estratégico*, passando a palavra para **Fábio Mauricio Schafer (CGE/PR)**, que, primeiramente, agradeceu a colaboração de todos, com o envio de sugestões, e, em seguida, iniciou a apresentação exibindo as telas com as Diretrizes Organizacionais da Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná, com a Missão, a Visão e os Valores, informando que se trata de uma proposta, realizada pelo grupo de trabalho, a ser publicada no site da Rede, colocando à apreciação de todos os membros.

**Thiago Martini (TJPR)** e **Hillene (TRE/PR)** solicitaram em relação à redação da Missão “*promover a transparência, a integridade e a eficiência na gestão pública, por meio da cooperação e do compartilhamento de informações entre o órgãos de controle e fiscalização visando à prevenção e ao combate à corrupção, à melhoria da qualidade dos serviços públicos e ao fortalecimento da governança*”, a substituição dos termos “órgãos de controle e fiscalização”, para órgãos partícipes ou expressão similar, para incluir os demais membros da Rede que não são órgãos de controle, como o TJPR e o TRE/PR.

**Maurício Cardoso (TJPR)**, cumprimentando a todos, sugeriu encaminhar o material para análise dos integrantes da reunião, o que foi acatado por **Marilis (CGE/PR)**, que agradecendo a apresentação e a participação, informou que, após o ajuste solicitado, o material será enviado, por e-mail, aos membros, para apreciação, ficando a aprovação adiada para a próxima reunião.

A seguir, **Marilis (CGE/PR)**, alterando a ordem da pauta, em razão de outros compromissos do palestrante, noticiou o próximo assunto a ser tratado – *Apresentação do Programa Nacional de Prevenção*, agradecendo a disponibilidade de **Jackson Souza (TCU)**, que cumprimentando a todos, passou a discorrer sobre o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) – Estratégia de Integridade Pública.



**Jackson Souza (TCU)** iniciou a apresentação, exibindo as telas do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), esclarecendo que é um programa de âmbito nacional que visa à implementação de práticas e medidas de integridade nas organizações públicas brasileiras. Destacou que o programa teve início no Mato Grosso do Sul e sua base teórica e metodológica se respaldou no Referencial de Combate à Fraude e Corrupção e na literatura sobre integridade. Informou que o PNPC é uma proposta adotada pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), com coordenação e execução pelas Redes de Controle da Gestão Pública nos Estados. Esclareceu que o PNPC é voltado a todos os gestores das organizações públicas (dos três poderes e nas três esferas de governo) e oferece ferramentas de autoavaliação e orientações, para o aperfeiçoamento contínuo das estruturas de prevenção à corrupção nas organizações. Exibiu a tela do PNPC em números, onde foi possível verificar que: 261 organizações públicas possuem padrão aceitável de suscetibilidade à fraude e corrupção; 9.186 organizações públicas concluíram o questionário no e-Prevenção; 11.095 organizações públicas cadastraram responsável pelo preenchimento e 16.491 organizações públicas foram identificadas e convidadas. Explicou que o sistema e-Prevenção é uma plataforma de autosserviço on-line, onde o gestor responde a um questionário, contendo 5 mecanismos: prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento e, após o preenchimento, o sistema classifica o nível de exposição à fraude e corrupção da organização, emitindo um roteiro de atuação que é um guia orientativo e traz sugestões de ações, cuja implementação ou não, fica a critério da organização e, na medida em que o gestor implementa as ações, ele alimenta o sistema e avança de nível. Detalhou o mecanismo de prevenção, destacando seus componentes (gestão da ética e integridade, controles preventivos e transparência). Apresentou a tela contendo o Relatório de Diagnóstico, que apresenta o nível de suscetibilidade à corrupção em que se encontra a organização, esclarecendo que o ideal é que todas as organizações públicas estejam localizadas dentro da faixa verde (nível aceitável de suscetibilidade), ressaltando, porém, que não significa que, aquelas que se encontrem na faixa vermelha (nível muito alto de suscetibilidade), laranja (nível alto de suscetibilidade) ou amarela (nível médio de suscetibilidade), tenham casos de corrupção, mas que ainda não estão alinhadas com as melhores práticas e podem



estar mais suscetíveis a sua ocorrência. Destacou a importância da marca de participação no programa, que identifica as instituições participantes, como um reconhecimento à decisão de participar e um compromisso da organização consigo mesma e com a sociedade de que irá implementar as boas práticas de prevenção e combate à corrupção. Informou que o programa não é um instrumento de fiscalização e que não há acesso aos dados individualizados da organização, somente aos dados consolidados por Estado. Apresentou o gráfico, por mecanismo, com o grau de adesão às boas práticas no Paraná – Executivo Estadual, ressaltando que o intuito é investir em prevenção. Destacou os objetivos para 2023: (i) mobilizar as organizações para elaboração e execução do roteiro de atuação (implementação das práticas de prevenção à corrupção); (ii) ampliar a adesão das organizações ao PNPC; (iii) fomentar a participação dos controles internos no processo de implementação das práticas de prevenção à corrupção nas organizações públicas, conforme preconizado no PNPC e (iv) ampliar o conhecimento dos gestores e demais agentes públicos acerca das medidas necessárias para implantação e gerenciamento das práticas que previnem a corrupção, salientando que a meta é sair do vermelho com fomento e apoio às Controladorias dos Estados/Capitais com mais de 500 mil habitantes. Encerrou a apresentação, disponibilizando o e-mail: [gt-pnpc@tcu.gov.br](mailto:gt-pnpc@tcu.gov.br), agradecendo a oportunidade.

**Marilis (CGE/PR)** elogiou a apresentação e agradeceu a disponibilidade, destacando que o Programa traz ferramentas excelentes para todas as organizações, colocando a Rede à disposição. Abriu a palavra aos demais participantes.

**Maurício Cardoso (TJPR)** esclareceu que o TJPR aderiu ao Programa em 2021 e vem adotando as práticas de melhoria na prevenção à fraude e à corrupção. Parabenizou o TCU pelo Programa e informou que apresentou a boa prática sobre a consultoria na adesão do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), no Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário.



**Jackson Souza (TCU)** agradeceu a participação do TJPR e reportou que, apesar do Programa ter nascido no TCU, basicamente, nos Estados, a atuação é das Redes de Controle, por isso a participação das Redes é fundamental.

Não havendo mais manifestações, **Marilis (CGE/PR)** agradeceu novamente a apresentação e a colaboração de Jackson Souza (TCU) e a participação de Maurício Cardoso (TJPR).

Prosseguindo com a pauta, **Marilis (CGE/PR)** passou para o próximo assunto – *Relato do Grupo de Trabalho – Regimento Interno*, solicitando a **Maurício Cardoso (TJPR)**, atualizar os membros sobre o andamento dos trabalhos.

**Maurício Cardoso (TJPR)** lembrou que o plano de ação para alteração do Regimento Interno da Rede foi dividido em 3 (três) etapas principais, das quais 2 (duas) já foram concluídas. Agradeceu a colaboração de todos e informou que o plano está em fase final de elaboração e validação da minuta e, na continuidade, será submetido ao Colegiado para deliberação. Acrescentou que a alteração é oportuna, uma vez que o Regimento anterior estava vigente antes do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2020. Encerrou a apresentação, agradecendo a atenção de todos.

**Marilis (CGE/PR)** agradeceu e abriu a oportunidade, a todos os participantes, para ingresso no grupo de trabalho. Seguindo para o próximo assunto da pauta – *Relato das Comissões Permanentes*, comentou que haverá alteração na composição da Comissão de Capacitação e Proposição Legislativa e na próxima reunião serão apresentadas as propostas. Informou que, em relação à Comissão de Prevenção e Controle Social, o plano de ação já foi aprovado e publicado no site da Rede. Em relação à Comissão Permanente de Intercâmbio de Informações e Inteligência, solicitou a **Conrado (CGE/PR)** iniciar a apresentação.

**Conrado (CGE/PR)**, cumprimentando a todos, relatou que a Comissão finalizou o plano de trabalho, e, considerando a temática da Comissão, o plano abrange a realização de reuniões, nas quais um membro da comissão se propõe a apresentar



um determinado tema, escolhido em conjunto, diante da demanda dos participantes. Após a apresentação, o assunto é debatido entre os membros, com troca de informações e esclarecimento de eventuais dúvidas pertinentes àquele assunto. Reportou que tal metodologia atende tanto a micro função de “inteligência” quanto à de “intercâmbio de informações”. Informou que a frequência das reuniões é bimestral, e ordinariamente realizada na última sexta-feira de cada mês. Indagou à Bruno Galatti (MPPR) se gostaria de complementar as informações.

**Bruno Galatti (MPPR)** contextualizou, esclarecendo que a pretensão é ampliar as relações entre os membros da comissão, a fim de facilitar o acesso e compartilhar dados/informações, comunicando que vários projetos são colocados à disposição para ser compartilhados, mas que deve haver provocação por parte das instituições. Para encerrar, sugeriu ao grupo de trabalho que está conduzindo a alteração do Regimento Interno, que seja dado um direcionamento ao Estado do Paraná – observando o viés nacional, estadual e municipal. Agradeceu a oportunidade, colocando-se à disposição.

**Marilis (CGE/PR)** pediu a Conrado (CGE/PR) para exibir o plano de trabalho da Comissão Permanente de Intercâmbio de Informações e Inteligência, que, na continuidade, foi aprovado pelos membros do Colegiado. Em seguida, solicitou o encaminhamento do plano para publicação no site da Rede, ao que Conrado (CGE/PR) assentiu, respondendo que irá providenciar.

Na sequência, **Marilis (CGE/PR)** passou a palavra para Thiago Martini (TJPR) para divulgar um evento que será promovido pelo TJPR.

**Thiago Martini (TJPR)**, convidando a todos, noticiou que o TJPR irá promover o Fórum Internacional de Integridade em homenagem ao ministro Luiz Fux e aos 2 anos de vigência da Resolução nº 410/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu os sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário. Também informou que será feito o lançamento do Programa de Integridade do TJPR. O evento ocorrerá no dia 25 de agosto, e estarão presentes autoridades e especialistas nacionais e





internacionais para apresentação das boas práticas de integridade. O convite será encaminhado aos integrantes da Rede. Finalizou agradecendo a oportunidade.

Nada mais havendo a tratar, **Marilis (CGE/PR)** encerrou a reunião, agradecendo o convite em nome de todo o Colegiado, além da presença e a colaboração de todos, e se despediu, informando que no próximo mês dará início a sua licença maternidade, mas que o Gabinete dará continuidade aos trabalhos.

<b>DELIBERAÇÕES</b>			
<b>nº</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável</b>	<b>Previsão</b>
1	Encaminhar o material do Planejamento Estratégico aos membros da Rede	Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR;	Agosto/23
2	Apresentar Plano de Ação	Comissão de Capacitação e Proposição Legislativa	Próxima reunião
3	Encaminhar o plano de ação para publicação na página da Rede, na internet	Comissão de Intercâmbio de Informações e Inteligência	Agosto/23